

## História e crítica reflexiva na pesquisa social de Bourdieu

History and reflective criticism in Bourdieu's research

Antonio Paulino de Sousa  
Universidade Federal do Maranhão

<b>Resumo</b>	<b>Abstract</b>
<p>Este artigo tem por objetivo contribuir para o aprofundamento das discussões acerca do lugar que a história ocupa no pensamento de Bourdieu e sua contribuição aos historiadores contemporâneos. Primeiramente, discute-se a possibilidade da emergência de uma ciência social que unifique sociologia e história social, diante da função principal da história, que é a de se constituir como instrumento de crítica reflexiva. Em seguida, sistematizam-se e analisam-se diversas pesquisas de Bourdieu nas quais a história social aparece como instrumento central da análise empírica. É o caso das suas pesquisas sobre a Argélia, em que se analisa a atitude dos camponeses em relação ao espaço e tempo. Analisam-se também a estrutura objetiva das lutas sociais e a necessidade de uma história do esporte. A relação entre habitus e campo é concebida como dois modos de exigência histórica. Em conclusão, ressalta-se que o ponto de partida das pesquisas de Bourdieu são as condições históricas de produção das práticas sociais. O passado funda nossa atitude para compreender o presente e agir sobre ele.</p> <p>Palavras-chave: História social. Habitus. Campo.</p>	<p>This article aims at cooperating and to make a profound study of the discussions about how history take place in Bourdieu's thought and its contribution to the contemporary historians. First, it discusses the possibility of emergency of a social science that unifies sociology and social history, in front of the main function of history, which is to constitute a reflexive critic instrument. Further on, the paper systematizes and analyzes several Bourdieu's researches in which social history appears as a central instrument of the empirical analysis. That is the case of his researches on Algeria, where the attitude of the countryside persons towards space and time is analyzed. It also analyzes the objective structure of the social fights and the need of a sports history. The relation between habitus and field is conceived as two different ways of historical requirement. In conclusion, it emphasizes that the starting-point of Bourdieu's researches is the historical conditions of social practices production. The past founds our attitude to understand the present and act over it.</p> <p>Keywords: Social history. Habitus. Field.</p>

### Introdução

Em toda a sua obra, Pierre Bourdieu reserva um espaço importante tanto à interdisciplinaridade quanto à história como instrumento de análise. A interdisciplinaridade e a comparação histórica foram os objetivos fundamentais da renovação nas ciências históricas. (KAELBLE, 1995). A comparação histórica representa, sobretudo, um avanço no que diz respeito ao método, permitindo a ampliação e também a afinação da compreensão e da explicação histórica.

O verdadeiro início da histórica social comparada data dos anos de 1970, mesmo período em que os laços entre a sociologia e a história se estreitam. (BOURDIEU, 1995). As pesquisas sociológicas e etnológicas de Bourdieu se revelaram de grande interesse para os historiadores que se preocuparam com os fenômenos da cultura e que estavam à procura de novos instrumentos de análise. Como exemplo disso, podemos citar o historiador inglês Eric Hobsbawm, que afirma ter se inspirado frequentemente em Pierre Bourdieu para elaborar sua problemática. (HOBSBAWM, 2004; 2000).

O que nos interessa, neste artigo, é perceber o lugar que a história ocupa no pensamento de Bourdieu e sua contribuição aos historiadores contemporâneos. A nossa hipótese central é que a obra de Bourdieu é profundamente marcada pela história social como instrumento indispensável da prática científica. O que é próprio das realidades históricas é a possibilidade de estabelecer que as coisas poderiam ser de outra forma, que em outras realidades e condições sociais as coisas são diferentes. Isso significa que, tomando como ponto de partida a história, o sociólogo desnaturaliza uma situação dada. (BOURDIEU, 1987).

O trabalho com os historiadores

A revista *Actes de la recherche en sciences sociales* é um veículo fundamental de divulgação das pesquisas de Pierre Bourdieu e seus colaboradores. Desde os primórdios dessa revista, Bourdieu defendia a importância de uma sociologia histórica. A minha proposta não é fazer uma análise da concepção histórica veiculada pela revista. No entanto, um rápido olhar sobre ela nos permite perceber os interesses e a própria orientação que Pierre Bourdieu dá às suas pesquisas. Podemos afirmar que a grande maioria dos estudos, publicados na referida revista, é relativa à história, no sentido mais forte do termo: [...] a sociologia e a história têm o mesmo objeto, e poderiam ter os mesmos instrumentos teóricos e técnicos para construí-lo e analisar.

Eu posso dizer que um dos meus combates mais constantes, com *Actes de la recherche en sciences sociales*, visa favorecer a emergência de uma ciência social unificada, onde a história seria uma sociologia histórica do passado e a sociologia, uma história social do presente. (BOURDIEU, 1995, p. 111).

Na verdade, Bourdieu tinha um grande hábito de trabalhar com os historiadores. E isso aconteceu desde o momento em que ele foi acolhido por Braudel na *Maison des sciences de l'homme*. Bourdieu tinha uma grande admiração por Braudel, mas nenhum apreço pela história de longa duração praticada por *Annales*. (BOURDIEU, 1987). Para ele, os historiadores de *Annales* tinham pouco interesse pela análise histórica dos conceitos utilizados na análise do passado e também não faziam uma utilização reflexiva da história. O historiador francês, diz Bourdieu (1995), tem uma desconfiança em relação ao conceito.

A história de longa duração é um lugar privilegiado da filosofia social, e nos trabalhos sociológicos isso aparece através das considerações gerais sobre burocratização, racionalização e modernização. Essa filosofia social, diz Bourdieu, traz muitos lucros sociais aos autores e pouco proveito científico: “Para fazer sociologia como eu faço, é preciso renunciar a esses lucros. A história que eu tenho necessidade para o meu trabalho com frequência não existe.” (BOURDIEU, 1992, p. 113). A reflexividade, como trabalho de objetivação científica, tem por objetivo assegurar o domínio consciente das condições sociais de produção do discurso histórico ou sociológico sobre o mundo social e fundamentalmente através da crítica histórica dos instrumentos

de pensamento, conceitos e técnicas.

Para Hobsbawm, isso tem um fundo de verdade, na medida em que os historiadores não se interessavam pela filosofia (com exceção dos historiadores das ideias), mas não era o caso dos historiadores alemães. Na concepção de Bourdieu, a filosofia marxista deveria impor a atenção que se deve dar à história dos conceitos que utilizamos para pensar a história. Mas o aristocratismo filosófico conduz justamente a esquecer de submeter à crítica histórica os conceitos visivelmente marcados por condições históricas de produção e de utilização. (BOURDIEU, 1992). O passado das instituições é um instrumento de luta dentro do campo de produção cultural. Existe também uma tendência que considera a pesquisa histórica a partir da lógica do processo, ou seja, como busca da origem da responsabilidade e dos responsáveis. Esse é o princípio da ilusão teleológica. (BOURDIEU, 1980).

A função principal da história, para Bourdieu, é que ela se constitui como o principal instrumento da crítica reflexiva. É a partir dessa crítica que o pensador pode tomar consciência da especificidade, da subjetividade de todo e qualquer ponto de vista, daquele que observa uma sociedade e de toda disciplina com pretensão científica. É nessa perspectiva que a autobiografia constitui uma parte necessária do pensamento de Bourdieu e dos seus escritos. No entanto, não se trata de um corpo fechado, mas de uma discussão permanente entre Bourdieu e sua época.

Na verdade, existe uma afinidade eletiva entre os trabalhos históricos de Bourdieu (mais precisamente sobre o campo artístico francês do fim do século XIX) e os de grandes historiadores sociais, tais como Norbert Elias, E. P. Thompson, Eric Hobsbawm, William H. Sewell, Moshe Lewin ou mesmo Charles Tilly. O que há em comum entre Bourdieu e eles é que os historiadores é a análise dos processos de constituição das estruturas mentais, culturais, sociais e também políticas.

Bourdieu se sentia à vontade com os historiadores porém ele escolheu não se tornar um historiador, e sim um filósofo convertido à sociologia. Nos seus escritos mais importantes, ele faz muitas referências aos filósofos e cita pouco os historiadores. Georges Duby parece ser um dos poucos historiadores a que ele faz muitas referências. É no livro *A Distinção* que Bourdieu reconhece sua dívida em relação aos trabalhos desse historiador. (BOURDIEU, 1979). “A *Distinção* teve um reconhecimento Público, foi uma denúncia violenta e uma inspiração para um modelo de compreensão dos mecanismos sociais e culturais, isto é, este mecanismo divulgação X distinção que muitos historiadores utilizaram, mostrando que há sempre uma dinâmica de divulgação, apropriação, e daí a busca de uma nova distinção que cria uma nova vontade de apropriação.” (CHARTIER, 2002, p. 166.) No seu livro *Homo academicus* (BOURDIEU, 1984), podemos perceber o quanto ele desconfiava da história praticada no ensino superior francês. Bourdieu afirmava, em 1999, que “[...] os historiadores [...] não fazem uso suficiente da reflexividade histórica e se contentam em dizer que é preciso evitar o anacronismo, quando poderiam servir-se de seu conhecimento em história para questionar seus conceitos sobre a história.” (TOPALOV, 2005, p. 209).

Os historiadores são frequentemente condenados ao anacronismo pela utilização a-histórica que eles fazem dos conceitos utilizados para pensar as sociedades do passado. Assim, projetar o conceito de artista sobre um período anterior a 1880 é um anacronismo e esconde também a questão da gênese do espaço social no qual o artista pôde existir como tal. É preciso ressaltar que o anacronismo está inscrito na atitude tradicional em relação à

cultura. Os historiadores esquecem que os conceitos e as realidades às quais eles estão vinculados são produtos de uma construção histórica. Desse modo, a história da gênese dos instrumentos intelectuais que colocamos em prática para analisar o mundo social é um grande instrumento de crítica epistemológica e sociológica à qual devemos submeter nossas categorias de pensamento e nossas formas de expressão. (ARON, 1999; TREANTO, 1970).

Bourdieu declara que, estranhamente, os historiadores não fazem muito um uso reflexivo da própria história. Ao historicizar a razão sem destruí-la, a reflexividade epistemológica permite que se funde um racionalismo historicista que reconcilia desconstrução e universalismo, razão e relatividade, colocando as operações no campo científico. A ciência é uma atividade eminentemente política, como dizia Gramsci. Mas ela não se reduz a uma política incapaz de produzir verdades universalmente aceitas.

A reflexividade da sociologia de Bourdieu implica uma vigilância aguda da historicidade das categorias das ciências sociais. O exemplo clássico das consequências de uma leitura a-histórica de uma realidade ou de um autor é bem percebida por Bourdieu quando ele faz a reconstrução do campo de produção filosófica e a estrutura do campo universitário em que se situa no espaço e no tempo Heidegger, que representa o paradigma do “filósofo puro”. Para Bourdieu (1988), poucas obras foram lidas de forma tão a-histórica quanto a de Heidegger.

Bourdieu se recusa explicitamente a relacionar a biografia do pensador às condições econômicas e sociais do seu tempo, e Heidegger sempre foi lido de maneira a-histórica pelos seus discípulos. Trata-se de impedir de se pensar a ligação entre filosofia e política. Quando Bourdieu (1988) analisa as condições sociais de circulação internacional das ideias, ele nota que uma *Revista Educação em Questão*, Natal, v. 37, n. 23, p. 244-262, jan./abr. 2010

Artigo das funções da utilização do pensamento de Heidegger na França dos anos 1950 (nesse período, o campo intelectual era dominado por Sartre) foi a de desqualificar o pensamento de Sartre. A leitura a-histórica de Heidegger chegou até a fazer com que certos marxistas franceses consagrassem Heidegger e seu pensamento.

Camponeses, greve e esporte

O objeto da história é a história das transformações da estrutura, as quais só são compreensíveis a partir do conhecimento do que era a estrutura num determinado momento histórico. Nas palavras de Eric Hobsbawm (1998, p. 22), “O sujeito da história é o passado. Nós estamos sempre passando do passado ao presente e do presente ao futuro. A história não pode ser cortada do presente e nem tão pouco do futuro.”

Neste trabalho, o conceito de história social se refere não apenas à história das classes populares, dos movimentos sociais ou à vida cotidiana e seus costumes, mas fundamentalmente à combinação entre história e economia. Para esses historiadores, a história social nos faz compreender a evolução da economia e, sobretudo, esclarece a relação entre a estrutura e as mudanças na sociedade. Partindo dessa definição de Eric Hobsbawm, é possível afirmar que os trabalhos de Pierre Bourdieu na Argélia, sobretudo, dizem respeito a uma história social.

Foram os estudos agrários de André Nouschi (1961) que o levaram a buscar na história da política colonial e em particular nas grandes leis agrárias, os princípios de transformações que conheceram as sociedades camponesas colonizadas. Com base nesses estudos, Bourdieu (1977) começa a analisar as

atitudes temporais que são princípios de condutas econômicas pré-capitalistas. Nos trabalhos sobre a Argélia, Pierre Bourdieu (1964) analisa a questão da atitude dos camponeses em relação ao espaço e ao tempo. Para ele, existe uma correspondência entre o sistema de atitudes e o sistema econômico. Sua crítica ao economicismo não é uma crítica ao processo de construção de conceitos das ciências econômicas, mas ao esquecimento desse processo e à generalização injustificada de um modelo de comportamento. O processo de adaptação à economia capitalista que se pode observar na Argélia faz lembrar que a única consideração que nossa sociedade não poderia esquecer é que o funcionamento de todo sistema econômico está ligado à existência de um sistema determinado de atitudes em relação ao mundo e, mais precisamente, em relação ao tempo.

E preciso levar em consideração que o novo sistema de atitudes e os modelos de comportamento não são elaborados no vazio. Isso nos obriga a tomar como primeiro objeto a análise da “consciência econômica concreta” em cada caso. Ignorando isso, as ciências sociais se tornam um instrumento camuflado da relação de dominação que impõe aos colonizados a adaptação a uma lei do colonizador, quer se trate de uma economia ou de um estilo de vida. O conceito de *habitus* nasceu justamente do esforço para entender as práticas dos homens e mulheres que foram jogados numa condição econômica estranha, imposta e importada pela colonização. Esses homens e mulheres possuíam condições culturais e disposições, sobretudo econômicas, adquiridas em condições históricas pré-capitalistas.

Esses estudos fizeram com que Bourdieu se aproximasse cada vez mais da história. Sua participação, na segunda mesa redonda sobre história social da Europa foi uma ocasião para ele discutir e publicar um comentário importante sobre a história da greve. Esta só tem sentido quando a restituímos ao campo de lutas do trabalho, estrutura objetiva que define a relação de força entre trabalhadores e empresários, com um terceiro ator, que é o Estado.

As relações objetivas que definem um campo de luta são apreendidas no contexto de todas as interações concretas, e não somente no local de trabalho. O problema maior, para a classe trabalhadora, é a decalagem entre o caráter nacional das organizações sindicais e o caráter internacional das empresas e da economia. É preciso fazer uma história social da discussão sobre a luta de classes legítima: o que é legítimo fazer a um patrão? Nós podemos nos perguntar se todo reconhecimento dos limites da luta, todo reconhecimento da ilegitimidade de certos meios não enfraquece a reivindicação dos dominados. Em que consiste a reivindicação legítima? É fundamental considerar, nesse caso, a estrutura do sistema de reivindicações e a estrutura dos instrumentos de luta. (BOURDIEU, 1984).

A mobilização da classe operária está vinculada à existência de um aparelho simbólico de produção de instrumentos de percepção e de expressão do mundo social e das lutas no campo de trabalho. Isso é tão verdade que a classe dominante procura constantemente impor modelos de percepção e expressão que desmobilizam a classe trabalhadora. É nesse sentido que Bourdieu alerta para a importância de se fazer uma história comparada dos vocabulários da luta, quaisquer que sejam as palavras utilizadas. Para ele, a questão é saber como são produzidos e difundidos os eufemismos. A elaboração da problemática sobre a greve é construída do ponto de vista da história social. Esse mesmo procedimento metodológico é aplicado no caso do esporte.

Foi no final dos anos 1970 que ele discutiu com Eric Hobsbawm a

necessidade de se fazer uma história do esporte. Para Bourdieu (1984), é preciso interrogar primeiramente sobre as condições históricas e sociais de possibilidade desse fenômeno social que se chama esporte moderno, bem como sobre as condições sociais que tornaram possível a constituição do sistema de instituições e de agentes direta ou indiretamente ligados à existência prática e ao consumo do esporte. A história das práticas esportivas só pode ser uma história estrutural, levando em conta as transformações sistemáticas que aparecem com a chegada de um esporte novo. (BOURDIEU; WACQUANT, 1992). O papel mais importante da história social do esporte poderia ser o de ela se fundar a si mesma, fazendo a genealogia histórica do surgimento do seu objeto como realidade específica. Somente ela poderá nos dizer a partir de que momento se poderia falar de esporte, ou seja, a partir de quando se constituiu um campo de concorrência no interior do qual se encontra definido o esporte como prática específica.

A cada momento, cada pessoa que começa a fazer parte do esporte deve contar com um estado determinado de práticas e de consumos esportivos e de distribuição entre as classes. Essa atitude frente ao esporte é o resultado de lutas históricas anteriores, de concorrência entre os agentes e as instituições ligadas ao esporte. Mas não podemos compreender a lógica segundo a qual os agentes se orientam para uma determinada prática esportiva sem levar em consideração a disposição em relação ao esporte. Essa disposição, por sua vez, é uma dimensão fundamental da relação com o próprio corpo, a qual se inscreve na unidade do sistema de disposições – habitus –, que é um princípio de vida: a relação com o corpo é uma das dimensões fundamentais do habitus. A obra de Bourdieu converge largamente para a dos historiadores, o que não é o caso de Foucault nem de Althusser. (HOBSBAWM, 2004). O grande mérito de Bourdieu é o de reconhecer a força das práticas moldadas pelo habitus nas sociedades contemporâneas. Ele encontra aí uma justificativa para criticar as teorias da escolha racional. O habitus ocupa um espaço entre a estrutura histórica e a atividade humana, entre a ação consciente e a determinação histórica. Em termos marxistas, ele reúne a base e a superestrutura. Bourdieu (1980) quer entender a história lá onde ela se esconde melhor: no cérebro, nas rugas do corpo. Nós podemos compreender que o ser social é o que já foi, mas o que já foi está para sempre inscrito não somente na história, mas no ser social, nas coisas e no próprio corpo. Se é verdade, porém, que a história pode desfazer a história, é também verdade que é preciso tempo para destruir os efeitos do tempo. O inconsciente é história. É assim, por exemplo, com as categorias de pensamento e percepção que aplicamos espontaneamente ao mundo social. (BOURDIEU, 1984).

Tanto no caso da análise histórica sobre a greve quanto sobre o esporte, o que é proposto por Bourdieu é um programa de pesquisa em que estão postos os elementos fundamentais para uma análise histórica. Ele faz análise sócio-histórica tanto no caso da Argélia quanto no das políticas habitacionais da França. No entanto, em nenhum dos casos o conceito de história aparece no título dos referidos trabalhos, o que significa que Bourdieu faz uma análise sociológica, histórica.

#### Sociologia econômica e história

A economia é uma das referências dominantes para a sociologia. Isso porque o mundo social está todo presente em cada ação econômica e é por essa razão que é preciso nos armarmos com um instrumental teórico que nos permita construir modelos históricos capazes de esclarecer rigorosamente as ações e as instituições econômicas tal como elas podem ser observadas empiri-

camente. É claro que, nesse caso, é preciso questionar as evidências e o senso comum. O modelo teórico deve tornar perceptível a nossa prática cotidiana, afirma Bourdieu (1980).

As disposições econômicas mais fundamentais, tais como necessidade, preferências e propensões, não são exógenas (dependentes de uma natureza humana universal), mas endógenas e dependentes de uma história. Mas a teoria tradicional nos leva a esquecer o caráter socialmente construído (e, nesse sentido, arbitrário e artificial) do investimento num jogo cujas implicações são econômicas. O princípio último de todo engajamento no trabalho, na carreira e no próprio cálculo se encontra nas “[...] profundezas de um habitus historicamente constituído.” (BOURDIEU, 2000, p. 22).

Existe então uma correspondência entre a estrutura social e as estruturas mentais, entre as divisões objetivas do mundo social (entre os dominantes e os dominados de diferentes campos) e os princípios de visão e de divisão que os agentes sociais aplicam. Isso significa que o ponto de vista dos agentes varia sistematicamente em função do lugar que eles ocupam no espaço social objetivo. (BOURDIEU, 1984). Mas significa também que a ideia da correspondência entre estruturas sociais e estruturas mentais tem uma função política. Isso porque os sistemas simbólicos não são, apenas, instrumentos de conhecimento, mas também instrumentos de dominação e de ideologia, no sentido de Marx. Enfim, o espaço social e os grupos que fazem parte são produtos da história. Os agentes se engajam em função da posição que ocupam no espaço social e das estruturas mentais através das quais eles apreendem esse espaço. (BOURDIEU, 1987).

Mas o etnocentrismo ou a filosofia social (com pretensão universalista) fazem desaparecer a questão das condições econômicas e culturais de acesso à atitude econômica moderna. É preciso romper radicalmente com a pré-noção da ciência pura que se funda numa negação da raiz social das práticas econômicas. Tudo o que a ciência econômica coloca como um simples dado da natureza (ou seja, como um conjunto de disposições do agente econômico) é produto de uma longa história coletiva que é, ao mesmo tempo, reproduzida pelas histórias individuais. É assim que, para Bourdieu, somente uma análise histórica pode tornar compreensíveis as atitudes dos agentes econômicos, visto que as disposições econômicas são inscritas, paralelamente, nas estruturas sociais e cognitivas.

Trata-se de esquemas práticos de pensamento, de percepção e ação social. A luta contra a visão a-histórica da ciência econômica implica uma indispensável reconstrução da gênese da disposição econômica do agente econômico e, mais precisamente, dos seus gostos, necessidades, tendências ou atitudes. O campo econômico, como um cosmo que obedece à sua própria lei e possui uma legitimidade, constrói, assim, uma autonomia radical da teoria pura que constitui o universo econômico como um universo separado. (BOURDIEU, 2000). O espírito de cálculo, que submete a prática econômica a uma visão calculista, impõe-se a todos os domínios práticos contra a lógica da economia doméstica, que é fundada na negação do cálculo.

A história social do campo econômico é tão importante que Bourdieu publica, em 1997, um número de *Actes de la Recherche en Sciences Sociales* exclusivamente sobre a economia e os economistas. O que nos chama a atenção é também o fato de o número em questão conter quatro artigos, sendo que os dois primeiros são sobre a denegação do poder e o campo dos economistas franceses em meados dos anos 1990 e o desejo de fazer ciência de Frederic Le Barron (1997). Um terceiro versa sobre retórica e realidade da

mundialização de Neil Fligstein (1997) e o último, de Bourdieu (1997), trata do campo econômico. Um grande espaço é dado a Frédéric le Barron (1997), que é especialista em sociologia do conhecimento econômico e defendeu uma tese sobre os economistas franceses e a questão do poder. Ele é, inclusive, membro do comitê de redação da referida revista.

Esse problema do campo econômico será afinado no seu livro *As estratégias sociais da economia* (BOURDIEU, 2000), no qual o sociólogo francês analisa as estratégias das diferentes empresas engajadas na luta pelo monopólio do mercado da casa própria. Para ele, essa luta só pode ser compreendida na medida em que todas as relações de força entre as diferentes categorias de agentes forem estabelecidas. A lógica desse mercado burocrático é construída e controlada. É necessário fazer a “[...] história social do campo fechado [...]”, onde a luta é travada entre os representantes da função pública, os representantes da iniciativa privada do campo da habitação (as empresas) e os agentes financiadores. (BOURDIEU, 2000, p. 116).

É a longa história de todas as empresas que culmina com a política habitacional tal qual ela se encontra realizada numa certa quantidade de instituições. Essa história é o resultado de uma relação de força estrutural entre os diferentes agentes ou instituições que agem em função da conservação ou da transformação do status quo em matéria de habitação. Assim, as políticas habitacionais na França favorecem as desigualdades sociais.

Bourdieu faz uma análise dos grandes elementos históricos das iniciativas inovadoras que prepararam a reforma das políticas habitacionais francesas. Ele ultrapassa a simples descrição e faz uma análise da estrutura do campo burocrático. E é através da análise do funcionamento desse campo que ele propõe um modelo explicativo das estratégias individuais e coletivas. Ele leva em consideração o conjunto dos agentes sociais implicados nas políticas habitacionais e o conjunto de propriedades de cada agente e cada instituição. Essa análise histórica e sociológica nos mostra a estrutura de distribuição do poder e dos interesses específicos que determinam – e explicam – as estratégias individuais e conseqüentemente a “[...] história das principais intervenções que conduzem à elaboração e à aplicação da lei sobre a ajuda à construção.” (BOURDIEU, 2000, p. 129). Bourdieu define a característica de cada um dos agentes sociais que tem uma relação direta ou indireta com o problema habitacional.

A análise da lógica da história estrutural das reformas habitacionais na França, elaboradas em 1975, mostrou que não havia nada de conjuntural. A política habitacional foi um dos primeiros campos de luta entre os adeptos de uma política social (aqueles que se identificam com o partido socialista francês) e os defensores do liberalismo. Havia, de um lado, aqueles que eram adeptos da manutenção da definição em vigor dos direitos sociais, tais como: direito ao trabalho, à saúde e à habitação – tudo isso definido coletivamente e publicamente reconhecido e assumido pelo Estado através das diversas formas de segurança social. E, por outro lado, havia aqueles que queriam redefinir e reduzir as intervenções do Estado-providência.

O campo de luta pela definição das políticas habitacionais foi cada vez mais se modificando e favorecendo os defensores de um liberalismo mais ou menos radical. Apesar dessa orientação liberal, as forças favoráveis à defesa dos direitos sociais possuem um grande poder, porque estão inscritas, há muito tempo, nas instituições. Isso significa que os direitos sociais foram inscritos nas estruturas objetivas, na administração, nas estruturas cognitivas e nas disposições que elas ajudaram a construir. (BOURDIEU, 2000).



## História, campo e habitus

Num campo dado, ocorrem lutas, e isso significa que existe história.

Mas o conceito de campo não pode ser entendido sem que se estabeleça sua relação com o conceito de habitus. Na verdade, esses dois são conceitos centrais que designam um nó de relações e só podem ser compreendidos na medida em que a análise sociológica toma como ponto de partida as condições históricas de produção tanto do habitus quanto do próprio campo. O habitus é um operador de racionalidade, mas de uma racionalidade prática, imanente a um sistema histórico de relações sociais e, então, de transcendência do indivíduo. O habitus é criativo, mas dentro dos limites da estrutura. Enfim, “[...] o habitus é esta lei imanente, *lex insita*, inscrita no corpo por histórias idênticas.” (BOURDIEU, 1980, p. 99). Para Roger Chartier (2002, p. 160), “[...] a história encontra-se embutida no próprio conceito de habitus, ou o próprio conceito de capital, que toma de Marx e tenta generalizar no sentido de suas aplicações sociais mais amplas do que na economia estritamente, com a noção de capital cultural, capital social e etc.”

Bourdieu (1972, p. 179) se inspirou no modelo chomskiano para pensar o habitus como princípio gerador, “[...] permanentemente acrescido de improvisações.” Ele queria reagir contra a orientação mecanicista de Saussure e do estruturalismo. Assim, Bourdieu (1987) queria insistir nas capacidades geradoras de disposições, levando em consideração que se trata de disposições adquiridas e construídas socialmente.

Os dois conceitos – de habitus e de campo – são relacionais, na medida em que um só pode funcionar na sua totalidade quando se relaciona com o outro. Um campo não é uma estrutura morta, mas um espaço de jogo que só existe, como tal, porque existem jogadores dispostos a entrar no jogo, que acreditam nas recompensas que o campo oferece. Conseqüentemente, uma teoria adequada do campo impõe uma teoria dos agentes sociais. Só existem ação e história, que tendem ora à conservação ora à transformação, porque existem agentes sociais. Mas os agentes somente possuem uma ação e uma eficácia se não forem reduzidos ao que chamamos ordinariamente de indivíduo. Como organismos socializados, são dotados de um conjunto de disposições que implicam propensão e capacidade para entrar no jogo e jogar. (BOURDIEU; WACQUANT, 1992).

O sentido prático tem um conhecimento prévio, ele lê na etapa presente as etapas futuras intrínsecas ao próprio campo, pois o passado, o presente e o futuro se recortam e se interpenetram mutuamente no habitus, que pode ser entendido como uma situação bem sedimentada no corpo.

Como produto de um senso prático, a teoria da prática foi proposta por Pierre Bourdieu para explicar a lógica real da prática. Essa teoria coloca que os objetos de conhecimento são construídos e não passivamente registrados. A teoria da prática significa também que o princípio dessa construção é

Revista Educação em Questão, Natal, v. 37, n. 23, p. 244-262, jan./abr. 2010  
Artigo

uma forma de transcendental histórico que Bourdieu chama de habitus. Trata-se de um sistema socialmente constituído de disposições estruturadas e estruturantes adquiridas através da prática e estão constantemente orientadas para a prática. Para Pierre Bourdieu, a noção de habitus visa tornar possível uma teoria materialista do conhecimento que pressupõe um trabalho de construção, conforme o que é sugerido por Marx nas teses sobre Feuerbach. (MARX, 1987).

A noção de campo supõe a superação da oposição convencional

entre estrutura e história, entre conservação e transformação. As relações de poder que constituem a estrutura do campo fundam tanto a resistência à dominação quanto a subversão. Quando Loic Wacquant (BOURDIEU; WACQUANT, 1992) pergunta qual é o lugar da história no pensamento Bourdieu e se ela é um instrumento privilegiado de reflexividade, Bourdieu afirma que só pode responder de forma geral a uma questão tão complexa. Ele afirma que a separação entre a sociologia e a história é desastrosa e não possui uma justificativa epistemológica. Para ele, toda sociologia deve ser histórica e toda história deve ser sociológica. A teoria de campo tem a função de desfazer essa oposição entre reprodução e transformação ou entre estrutura e história. Nos trabalhos sobre o campo da arte, Bourdieu mostrou que só podemos compreender a dinâmica de um campo através da análise da estrutura. Por sua vez, essa estrutura só poderá ser entendida através da análise genética de sua constituição histórica e de suas lutas.

Para Bourdieu, os grandes historiadores são grandes sociólogos. Mas, por diversas razões, afirma que os historiadores não se sentem tão à vontade quanto os sociólogos para forjar conceitos, construir modelos. Bourdieu sente a necessidade de uma história estrutural, que faria aparecer cada etapa da estrutura examinada como sendo produto das lutas precedentes para manter ou transformar essa estrutura e os princípios de transformação que são resultados das relações de força que constituem um determinado campo. A história é, de fato, um instrumento privilegiado da reflexividade.

Uma das funções do conceito de habitus é lembrar a historicidade do agente econômico, a gênese histórica de suas aspirações, seus gostos e suas preferências. As ações humanas não são reações espontâneas, mas significativas. O objeto mesmo das ciências sociais não é nem o indivíduo (individualismo metodológico) tampouco os grupos, entendidos como conjuntos de indivíduos, mas sim a relação entre duas realizações da ação histórica. Em outros termos, o objeto das ciências sociais é a dupla relação entre os habitus (sistemas duráveis e transportáveis de percepção) e o campo, entendido como sistema de relações objetivas que são produtos da instituição social. (BOURDIEU; WACQUANT, 1992). A realidade social existe nas coisas e no cérebro dos agentes, no campo e no habitus, no exterior e no interior dos agentes sociais. É na relação entre um habitus e um campo que a história entra em relação consigo mesma.

É preciso entender que o habitus não é o destino. Visto que ele é produto da história, constitui-se como um sistema de disposições aberto, constantemente questionado pelas experiências novas. “O habitus é durável, mas não é imutável.” (BOURDIEU; WACQUANT, 1992, p. 109). A isso Bourdieu acrescenta, imediatamente, que as pessoas são estatisticamente propensas a encontrar circunstâncias que estão de acordo com seu habitus de origem e então a ter experiências que vêm reforçar suas disposições. O habitus se revela somente a partir de uma relação determinada. Na verdade, o nosso presente é constituído por objetos históricos. (CHARTIER, 2003).

A noção de habitus nos faz compreender o fato de os agentes sociais não serem nem partículas de matéria determinadas por uma causa externa, nem pequenas mônadas guiadas exclusivamente por razões internas, executando programas de ação perfeitamente racionais. Os agentes sociais são produzidos pela história, pela história de todo campo social e pela experiência acumulada durante uma trajetória determinada num campo determinado.

A relação entre habitus e campo, concebidos como dois modos de existência histórica, permite fundar uma teoria de temporalidade que rompe

simultaneamente com duas filosofias opostas. De um lado, a visão metafísica, que trata do tempo como uma realidade em si, independente do agente; e, de outro, a filosofia da consciência. Longe de ser uma condição a priori e transcendental da historicidade, o tempo é produto do habitus.

A atividade prática transcende o presente imediato pela mobilização do passado e antecipação prática do futuro inscrito no presente, como potencialidade objetiva. Porque implica uma referência prática ao futuro, implicado no passado, em que é produzido, o habitus se temporaliza no próprio ato através do qual ele se realiza. Bourdieu nos faz entender que a teoria da prática condensada nos conceitos de habitus e campo nos permite analisar a realidade, deixando-nos livres da representação metafísica do tempo e da história como realidades em si mesmas, exteriores e anteriores à prática. Bourdieu, no entanto, faz isso sem abraçar a filosofia da consciência, que defende diversas perspectivas da consciência, sustentando visões da temporalidade encontradas em Husserl ou na teoria da ação racional.

A razão consiste num complexo de procedimentos discursivos e regras argumentativas cuja elaboração é solidária com a formação de um campo de práticas autônomas, no qual as regras são o regime ordinário de resolução de conflitos:

[...] a razão científica é uma conquista social da mesma forma que a segurança social, como Bourdieu costumava dizer, devendo ser adquirido contra o poder político e que é sempre necessário defender contra os mesmos poderes ou contra as pressões econômicas e as seduções da mídia. (COLLIOT-THÉLÈNE, 1995, p. 639).

Como estrutura estruturante e estruturada, o habitus engaja nas práticas e nos esquemas práticos a incorporação de estruturas sociais saídas do trabalho histórico das gerações sucessivas. (BOURDIEU; WACQUANT, 1992). É a totalidade do habitus de classe que se exprime através do habitus linguístico, que é apenas uma dimensão da realidade social. A razão não está inscrita na estrutura do espírito humano ou na linguagem. Ela se encontra especificamente em certos tipos de condições históricas, de estruturas sociais de diálogo e de comunicação que não sejam violentas.

A história é, então, o local daquilo que podemos chamar de processo de civilização histórica, no qual as condições econômicas são dadas com a constituição de campos relativamente autônomos. A própria razão tem uma história: ela não caiu do céu no nosso pensamento e na nossa linguagem. O habitus (científico ou não) é transcendental, mas um transcendental histórico, ligado à estrutura e à história do campo. (BOURDIEU; WACQUANT, 1992).

#### Conclusão

A análise de qualquer sociedade, em qualquer momento de seu desenvolvimento histórico, deve começar pela análise de seu modo de produção. Em outras palavras, tal análise deve sempre partir da forma tecno-econômica do metabolismo entre homem e natureza, do modo pelo qual o homem se adapta à natureza e a transforma pelo trabalho, bem como dos arranjos sociais pelos quais o trabalho é mobilizado, distribuído e alocado. São essas as razões que levaram Bourdieu a elaborar suas hipóteses de trabalho a partir das condições históricas de produção das práticas sociais.

Assim, o passado se torna um conceito central na obra de Bourdieu, constituindo-se como um terreno onde são encontradas as raízes do presente. O passado, de certa forma, funda nossa atitude para compreender o presente e agir sobre ele. Bourdieu tinha a paixão do historiador pelo concreto, pelo específico, pelo singular. Ele tinha a faculdade de observar a uma boa distân-

cia, faculdade determinante para os bons historiadores e os bons antropólogos. Bourdieu era um observador sensível e apaixonado pela vida quotidiana. Para ele, a história nos permite a superação dos obstáculos: “[...] é descobrindo a sua historicidade que a razão se dá os meios para escapar da razão.” Mais adiante, ele afirma: “[...] existe uma história da razão; isso não significa dizer que a razão se reduz à história, mas existem condições históricas de aparição social da comunicação que tornam possível a produção da verdade.” (BOURDIEU, 1987, p. 36 e 43).

Bourdieu mostra que o que chamamos de social é, na verdade, história. Nesse sentido, a história está inscrita nas coisas, nas instituições (nas máquinas do direito, na educação etc.) e também nos corpos. O inconsciente é história. Bourdieu elabora uma história estrutural que faz aparecer cada estado da estrutura examinada como sendo produto de lutas precedentes para manter e transformar essa estrutura, bem como os princípios de transformação de que resultam, através das contradições, das tensões e das relações de força que constituem. (BOURDIEU; WACQUANT, 1992).

A crítica histórica e sociológica da razão histórica é uma associação entre a crítica lógica e a epistemologia. Essa crítica é o melhor instrumento de ruptura com os pressupostos e pré-construções que supõem a construção de conceitos rigorosos.

#### Referências

ARON, Raymond. La philosophie de l’histoire et les sciences sociales. Paris: Editions Rue d’Hulm, 1999.

Revista Educação em Questão, Natal, v. 37, n. 23, p. 244-262, jan./abr. 2010

#### Artigo

BOURDIEU, Pierre; SAYAD, Abdelmalek. Le déracinement. La crise de l’agriculture traditionnelle em algérie. Paris: Minuit, 1964.

BOURDIEU, Pierre. Algérie 60. Paris: Minuit, 1977.

\_\_\_\_\_. Les structures sociales de l’économie. Paris: Seuil, 2000.

\_\_\_\_\_. Esquisse d’une théorie de la pratique. Genebra: Drozm, 1972.

\_\_\_\_\_. La distinction. Critique du jugement. Paris: Minuit, 1979.

\_\_\_\_\_. Le sens pratique. Paris: Minuit, 1980.

\_\_\_\_\_. Le mort saisi le vif. Les relations entre histoire réifiée et l’histoire incorporée. Actes de la recherche en sciences sociales, Paris, v. 32, n. 32-33, p. 3-14, avril/juin, 1980a.

Disponível em: <<http://www.persee.fr>>. Acesso em: 03 out. 2009.

\_\_\_\_\_. Homo academicus. Paris: Minuit, 1984.

\_\_\_\_\_. Choses dites. Paris: Minuit, 1987.

\_\_\_\_\_. L’ontologie politique de Martin Heidegger. Paris: Minuit, 1988.

BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loic Jean. D. Réponses. Pour une anthropologie réflexive. Paris: Seuil, 1992.

BOURDIEU, Pierre. Sur le rapport entre la sociologie et l’histoire en Allemagne et en France. Actes de la recherche en sciences sociales, Paris, v. 106-107, n. 106-107, p. 108-122, mars, 1995. Disponível em: <<http://www.persee.fr>>. Acesso em: 20 out. 2009.

BOURDIEU, Pierre. Le champ économique. Actes de la recherche en sciences sociales, Paris, v. 119, n. 119, p. 48-66, sept, 1997. Disponível em: <<http://www.persee.fr>>. Acesso em: 20 out. 2009.

BARRON, Frédéric. La dénégation du pouvoir. Le champ des économistes français au milieu des années 1990. Actes de la recherche en sciences sociales, Paris, v. 119, n. 119, p. 3-26, sept, 1997. Disponível em: <<http://www.persee.fr>>. Acesso em: 23 set. 2009.

COLLIOT-THÉLÈNE, Catherine. La sociologie réflexive, l’anthropologie, l’histoire, Paris, Critique, tome LI, n. 579-580, p. 631-645, août./sept., 1995.

CHARTIER, Roger. “Pierre Bourdieu e a história. Rio de Janeiro: Topoi, Março/2002.

- \_\_\_\_\_. Leituras e leitores na França do Antigo Regime, São Paulo: Unesp, 2003.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã (Feuerbach). São Paulo: Hucitec, 1987.
- FLIGSTEIN, Neil. Rhétorique et réalités de la mondialization. Actes de la recherche en sciences sociales, Paris, v. 119, n. 119, p. 36-47, sept., 1997. Disponível em: <<http://www.persee.fr>>. Acesso em: 19 set. 2009.
- NOUSCHI, André. Enquête sur le niveau de vie des populations rurales constantinoises de la conquête jusqu'en 1919. Essai d'histoire économique et sociale. Paris: PUF, 1961.
- KAELBLE, Hartmut. La recherche européenne en histoire sociale comparative (XIX-XX siècle). Actes de la Recherche en Sciences Sociales, Paris, v. 106, n. 106-107, p. 67-79, mars, 1995. Disponível em: <<http://www.persee.fr>>. Acesso em: 23 set. 2009.
- HOBBSBAWM, Eric. Sociologie critique e histoire sociale. In: BOUVERESSE, Jacques; ROCHE, Daniel (Sous la direction). La liberté par la connaissance Pierre Bourdieu (1930-2002). Paris: Odile Jacob, 2004.
- \_\_\_\_\_. Sobre a história. São Paulo: Companhia das letras, 1998.
- \_\_\_\_\_. L'histoire engagé. Paris: Editions de l'Aube, 2000.

262

TREANTO, Jean-René. Le sociologue est-il en droit d'ignorer l'histoire? Revue Française de Sociologie, Paris, v. 11, n. 11-1, p. 94-99, mars, 1970. Disponível em: <<http://www.persee.fr>>. Acesso em: 23 set. 2009.

TOPALOV, Christian. Um panorama intelectual renovado. In: ENCREVÉ, Pierre; LAGRAVE, Rose-Marie (Dir.). Trabalhar com Pierre Bourdieu. Rio de Janeiro: Bertrand, 2005.

Prof. Dr. Antonio Paulino de Sousa  
Universidade Federal do Maranhão | São Luís  
Departamento de Educação II e  
Programa de Pós-Graduação em Educação  
Grupo de Pesquisa Cultura Científica e Produção do Conhecimento  
E-mail | [antonio.paulino@terra.com.br](mailto:antonio.paulino@terra.com.br)  
Recebido 12 abr. 2010  
Aceito 26 maio 2010